

João Pessoa, 13 de agosto de 2012 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Paraíba" ou "Companhia") apresenta as Informações Trimestrais relativas ao primeiro semestre de 2012 (6M12), preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do Negócio

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km², com uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes. A empresa atende a aproximadamente 1.199 mil unidades consumidoras.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da Energisa Paraíba no primeiro semestre:

Indicadores Operacionais e Financeiros

Descrição	6M12	6M11	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	793,2	681,8	+ 16,3
Receita Operacional Líquida	539,8	460,7	+ 17,2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	118,7	75,6	+ 57,0
EBITDA	139,3	96,9	+ 43,8
EBTIDA Ajustado	149,1	106,2	+ 40,4
Resultado Financeiro	(1,3)	(17,7)	- 92,7
Resultado antes dos impostos	117,4	58,0	+ 102,4
Lucro Líquido	91,5	46,1	+ 98,5
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.306,5	1.210,8	+ 7,9
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	137,6	125,2	+ 9,9
Patrimônio Líquido	609,0	534,3	+ 14,0
Endividamento Líquido	343,5	334,1	+ 2,8
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.199,4	1.125,4	+ 6,6
Vendas de energia aos Consumidores Cativos (GWh)	1.719,6	1.557,9	+ 10,4
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.940,7	1.839,0	+ 5,5
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	13,14	14,59	- 1,45 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	27,6	23,1	+ 4,5 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	1,2	1,6	- 25,0

2 - Desempenho Econômico e Financeiro

2.1 - Lucro líquido e geração de caixa ajustada crescem 98,5% e 40,4%, respectivamente

A Energisa Paraíba registrou **lucro líquido de R\$ 91,5 milhões** em 6M12 (R\$ 99,66 por ação), dos quais R\$ 47,8 milhões (R\$ 52,19 por ação) foram apurados no 2T12. O resultado do 2T12 representa um aumento de 79,0% em relação ao 2T11. Já o lucro líquido em 6M12 representa um aumento de 98,5% em relação ao registrado em 6M11.

Resultados do 1º semestre de 2012

Esse avanço do lucro líquido em 6M12 decorre em parte do acréscimo de 17,2% (ou R\$ 79,1 milhões) da receita operacional líquida no semestre, aliado ao menor crescimento das despesas operacionais, o que favoreceu a geração operacional de caixa (EBITDA). As despesas operacionais cresceram 9,3% (ou R\$ 35,9 milhões) no semestre. Consequentemente, a Energisa Paraíba apresentou geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) de R\$ 149,1 milhões, o que significa um aumento de 40,4% (ou R\$ 42,9 milhões) em relação ao registrado em 6M11. A margem do EBITDA Ajustado avançou 4,5 pontos percentuais para 27,6%.

A variação das despesas financeiras líquidas também contribuiu para a melhoria do lucro líquido no semestre. Essas despesas mostraram uma redução de 92,7% no período.

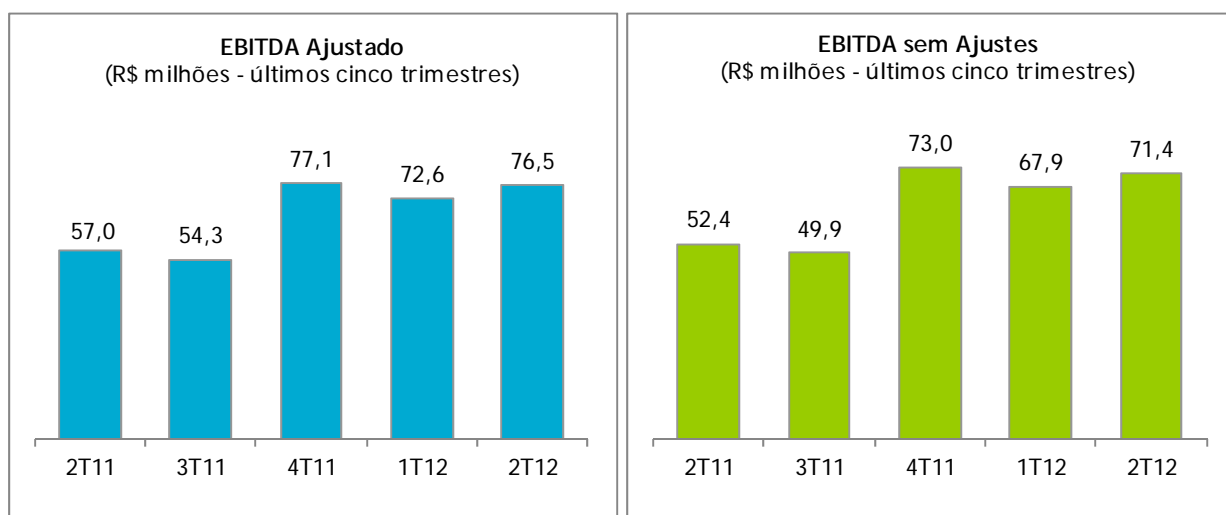
Apresenta-se a seguir a evolução e composição do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição e evolução do lucro líquido (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T12	2T11	Var. %	6M12	6M11	Var. %
(=) Receita operacional líquida	272,9	227,3	+ 20,1	539,8	460,7	+ 17,2
(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	60,2	41,8	+ 44,0	118,7	75,6	+ 57,0
(+) Resultado financeiro (receitas menos despesas financeiras)	(0,3)	(7,6)	- 96,1	(1,3)	(17,7)	- 92,7
(+) Contribuição social e imposto de renda	(12,1)	(7,5)	+ 61,3	(25,9)	(11,8)	+ 119,5
(=) Lucro Líquido	47,8	26,7	+ 79,0	91,5	46,1	+ 98,5

Evolução da geração de caixa

Composição da geração de caixa (EBITDA) (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T12	2T11	Var. %	6M12	6M11	Var. %
(=) Lucro Líquido	47,8	26,7	+ 79,0	91,5	46,1	+ 98,5
(-) Contribuição social e imposto de renda	(12,1)	(7,5)	+ 61,3	(25,9)	(11,8)	+ 119,5
(-) Resultado financeiro	(0,3)	(7,6)	- 96,1	(1,3)	(17,7)	- 92,7
(-) Depreciação e amortização	(11,2)	(10,5)	+ 5,7	(20,6)	(21,3)	- 3,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	71,4	52,4	+ 36,3	139,3	96,9	+ 43,8
(+) Receita de acréscimos moratórios	5,1	4,6	+ 10,9	9,8	9,3	+ 5,4
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	76,5	57,0	+ 34,2	149,1	106,2	+ 40,4

A evolução do EBITDA e EBITDA Ajustado da Energisa Paraíba nos últimos cinco trimestres pode ser assim demonstrada:



2.2 - Receita operacional bruta e líquida

O aumento das vendas de energia e serviços da Energisa Paraíba resultou em um crescimento de 16,3% (ou R\$ 111,4 milhões) na receita operacional bruta da Companhia, que totalizou R\$ 793,2 milhões em 6M12, contra R\$ 681,8 milhões em igual período do ano passado. No 2T12, a receita operacional bruta foi de R\$ 402,3 milhões, o que representa um aumento de 19,6% (ou R\$ 65,8 milhões) em relação ao 2T11.

A receita operacional líquida, por sua vez, cresceu 17,2% (ou R\$ 79,1 milhões) em 6M12 para R\$ 539,8 milhões. No 2T12, a receita operacional líquida aumentou 20,1% (ou R\$ 45,6 milhões) em relação ao 2T11, totalizando R\$ 272,9 milhões.

A composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida assim se apresenta:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T12	2T11	Variação em R\$ milhões	6M12	6M11	Variação em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	353,9	293,8	+ 60,1	702,6	594,9	+ 107,7
• Residencial	159,8	130,9	+ 28,9	320,8	265,9	+ 54,9
• Industrial	52,0	44,3	+ 7,7	100,8	89,7	+ 11,1
• Comercial	74,6	60,3	+ 14,3	149,3	122,3	+ 27,0
• Rural	13,8	8,8	+ 5,0	27,0	18,9	+ 8,1
• Outras classes	53,7	49,5	+ 4,2	104,7	98,1	+ 6,6
(+) Suprimento de energia elétrica	-	0,4	- 0,4	0,1	1,1	- 1,0
(+) Fornecimento não faturado	0,1	(1,9)	+ 2,0	(6,4)	(0,5)	- 5,9
(+) Disponibilização do sistema elétrico	14,9	13,0	+ 1,9	29,3	26,1	+ 3,2
(+) Receitas de construção	30,1	29,1	+ 1,0	61,7	56,4	+ 5,3
(+) Outras receitas	3,3	2,1	+ 1,2	5,9	3,8	+ 2,1
(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada	402,3	336,5	+ 65,8	793,2	681,8	+ 111,4
(-) Impostos sobre receitas	(108,3)	(92,8)	(15,5)	(212,6)	(188,2)	(24,4)
(-) Encargos setoriais	(21,1)	(16,4)	(4,7)	(40,8)	(32,9)	(7,9)
(=) Total - Receita operacional líquida consolidada	272,9	227,3	45,6	539,8	460,7	79,1

2.3 - Despesas operacionais

2.3.1 - Despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica

Em 6M12, as despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica da Energisa Paraíba atingiram R\$ 359,3 milhões, com crescimento de 9,3% (ou R\$ 30,6 milhões) em relação ao valor registrado em 6M11. No 2T12, o aumento destas mesmas despesas foi de 16,7% (ou R\$ 26,1 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

2.3.1.1 - Despesas controláveis na distribuição e serviços de energia elétrica

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) na distribuição e serviços de energia elétrica aumentaram 6,7% (ou R\$ 5,7 milhões) em 6M12, para R\$ 91,2 milhões. No 2T12, o aumento das despesas controláveis foi de 3,1% (ou R\$ 1,4 milhão) em relação ao 2T11.

2.3.2 - Custos de construção

Após a adoção do padrão contábil internacional (IFRS), a Energisa Paraíba passou a reconhecer receitas e os custos decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuindo a esta atividade margem zero. Em 6M12, os custos de construção totalizaram R\$ 61,7 milhões (R\$ 30,1 milhões no 2T12), contra R\$ 56,4 milhões em 6M11 (R\$ 29,1 milhões no 2T11).

2.3.3 - Despesas operacionais totais

Em 6M12, as despesas operacionais da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 421,0 milhões, um crescimento de 9,3% (ou R\$ 35,9 milhões) em relação ao valor registrado em 6M11. No 2T12, o aumento das despesas operacionais totais foi de 14,6% (ou R\$ 27,1 milhões) em relação ao 2T11.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Variação em			Variação em		
	2T12	2T11	R\$ milhões	6M12	6M11	R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	46,1	44,7	+ 1,4	91,2	85,5	+ 5,7
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	23,9	22,2	+ 1,7	46,8	43,4	+ 3,4
1.2 - Material	3,2	3,4	- 0,2	6,2	6,2	-
1.3 - Serviços de terceiros	19,0	19,1	- 0,1	38,2	35,9	+ 2,3
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	115,7	96,0	+ 19,7	231,7	209,3	+ 22,4
3 - Depreciação e amortização	11,1	10,5	+ 0,6	20,5	21,2	- 0,7
4 - Provisões para contingências e devedores duvidosos	5,0	2,4	+ 2,6	7,1	5,6	+ 1,5
5 - Outras despesas / receitas	4,6	2,8	+ 1,8	8,8	7,1	+ 1,7
Subtotal (1+2+3+4+5)	182,5	156,4	+ 26,1	359,3	328,7	+ 30,6
6 - Custo de construção	30,1	29,1	+ 1,0	61,7	56,4	+ 5,3
Total	212,6	185,5	27,1	421,0	385,1	+ 35,9

2.4 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 6M12 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 1,3 milhão (R\$ 0,3 milhão no 2T12), contra uma despesa financeira líquida de R\$ 17,7 milhões em 6M11 (R\$ 7,6 milhões no 2T11).

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Paraíba em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, que mostra uma redução de 8,0% entre essas datas:

Descrição	Valor em R\$ milhões	
	30/06/2012	31/12/2011
Curto Prazo	55,7	54,5
Empréstimos, financiamentos e debêntures	40,7	41,1
Encargos de dívidas	8,3	6,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	6,7	6,6
Longo Prazo	425,4	428,0
Empréstimos, financiamentos e debêntures	404,2	407,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	21,2	20,4
Total das dívidas	481,1	482,5
(-) Disponibilidades financeiras	137,6	109,0
Total das dívidas líquidas	343,5	373,5

Em 30 de junho de 2012, R\$ 111,5 milhões (23,2%) do total das dívidas estão representados em dólares, provenientes da emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação ao final de março de 2012 era de US\$ 55,2 milhões. As notas têm vencimento de longo prazo, em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ mais 10,5% ao ano.

3 - Desempenho Operacional

3.1 - Mercado de Energia

No 2T12, as vendas de energia elétrica aos consumidores cativos atendidos pela Energisa Paraíba mostraram um crescimento mais expressivo que no 1T12, atingindo 872,0 GWh, ou seja, um avanço de 13,3% sobre o valor apurado em igual trimestre de 2011. O consumo da classe rural foi o destaque no trimestre, com crescimento de 48,6%, seguido da classe comercial que se manteve em expressiva expansão, com crescimento de 13,8%. A classe industrial cativa e livre continua com consumo em alta, registrando, juntas, crescimento de 8,6%. Consequentemente, a energia elétrica total distribuída, considerando consumidores cativos e livres, suprimento e fornecimento não faturado, totalizou 974,4 GWh no 2T12, o que representando um aumento de 5,9% em relação ao igual trimestre do ano passado.

No acumulado de 6M12, o consumo no mercado cativo cresceu 10,4 % em relação aos 6M11 e a energia total distribuída atingiu 1.940,7 GWh, ou seja, 5,5% maior que em 6M11. O quadro a seguir mostra a evolução do mercado de energia elétrica por segmento ao longo do semestre:

Mercado de Energia Elétrica por Segmento
(Em GWh)

Descrição	Trimestre			Semestre		
	2T12	2T11	Variação %	6M12	6M11	Variação %
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	872,0	769,8	+ 13,3	1.719,6	1.557,9	+ 10,4
* Residencial	334,0	303,9	+ 9,9	661,0	608,8	+ 8,6
* Industrial	157,3	140,6	+ 11,9	306,6	289,8	+ 5,8
* Comercial	151,5	133,1	+ 13,8	303,9	268,7	+ 13,1
* Rural	67,0	45,1	+ 48,6	129,9	98,6	+ 31,7
* Outras classes	162,2	147,1	+ 10,3	318,2	292,0	+ 9,0
b) Suprimento de Energia Elétrica	-	57,2	-	1,7	78,8	- 97,8
c) Fornecimento não Faturado Líquido	(0,7)	(5,7)	- 87,7	4,4	0,1	+ 4.300,0
d) Vendas Totais de Energia (a+b+c)	871,3	821,3	+ 6,1	1.725,7	1.636,8	+ 5,4
e) Energia associada aos Consumidores Livres	103,1	99,1	+ 4,0	215,0	202,2	+ 6,3
f) Energia Elétrica Total Distribuída (d+e)	974,4	920,4	+ 5,9	1.940,7	1.839,0	+ 5,5

3.2 - Perdas de energia

Fruto das melhorias de gestão, a Energisa Paraíba alcançou mais um recorde histórico na redução das perdas de energia elétrica. Nos últimos 12 meses findos em junho de 2012, as perdas de energia situaram em 13,14%, o que representa uma queda de 1,45 ponto percentual em relação a igual período encerrado em junho do ano passado.

4 - Investimentos

Mantendo o foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 65,1 milhões no primeiro semestre de 2012, o que representa um crescimento de 95,5% em relação ao realizado em igual semestre do ano passado, quando foram investidos R\$ 33,3 milhões.

5 - Dividendos

O Conselho de Administração da Energisa Paraíba aprovou em 9 de agosto de 2012, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do primeiro semestre do corrente exercício, no montante de R\$ 74,1 milhões, o que equivale a R\$ 80,72 por ação ordinária e preferencial. Estes dividendos serão pagos a partir do próximo dia 17 de agosto.

6 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba no primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 191 mil, sendo: i) R\$ 118 mil pela revisão contábil das demonstrações contábeis, e ii) R\$ 73 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

Energisa Paraíba		
Balanços Patrimoniais		
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	30/06/2012	31/12/2011
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	80.072	62.753
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	44.991	40.504
Consumidores e concessionárias	154.690	167.014
Títulos de créditos a receber	59.176	53.955
Estoques	5.195	4.592
Impostos a recuperar	29.180	35.520
Despesas pagas antecipadamente	6.028	4.537
Baixa renda	13.930	9.888
Outros créditos	12.219	10.600
Total do circulante	405.481	389.363
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	12.578	5.735
Títulos de créditos a receber	57.521	63.992
Impostos a recuperar	25.216	26.106
Créditos tributários	102.172	111.014
Cauções e depósitos vinculados	25.769	20.984
Instrumentos financeiros derivativos	5.354	2.649
Contas a receber da concessão	120.561	30.777
Outros	1.552	1.550
	350.723	262.807
Investimentos	85	73
Intangível	550.242	606.784
Total do não circulante	901.050	869.664
Total do Ativo	1.306.531	1.259.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Patrimonial Passivo

Energisa Paraíba		
Balanços Patrimoniais		
Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	70.295	63.767
Encargos de dívidas	8.279	6.766
Empréstimos e financiamentos	40.440	40.649
Debêntures	274	426
Folha de pagamento	1.624	1.523
Tributos e contribuições sociais	44.702	50.532
Dividendos	417	417
Obrigações estimadas	8.353	6.722
Encargos do consumidor a recolher	9.804	11.549
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.521	3.752
Benefícios a empregados - plano de pensão	6.698	6.698
Outras contas a pagar	25.054	25.108
Total do circulante	<u>219.461</u>	<u>217.909</u>
Não circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	2.481	2.371
Empréstimos e financiamentos	324.665	328.009
Debêntures	79.567	79.567
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.409
Tributos e contribuições sociais	1.325	1.461
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.700	8.142
Provisões para contingências	37.646	38.200
Benefícios a empregados - plano de pensão	21.174	20.401
Outros	466	332
Total do não circulante	<u>478.024</u>	<u>484.892</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	386.516	363.573
Ações em tesouraria	(538)	(538)
Reservas de capital	97.540	97.540
Reservas de lucros	34.025	56.968
Dividendos adicionais propostos	-	38.683
Lucros acumulados	91.503	
	<u>609.046</u>	<u>556.226</u>
Total do Passivo	<u><u>1.306.531</u></u>	<u><u>1.259.027</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstrações de Resultado

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
 Demonstrações de Resultados
 Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	<u>6M12</u>	<u>6M11</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	696.234	594.427
Suprimento de energia elétrica	19	1.068
Disponibilidade do sistema elétrico	29.326	26.077
Receita de construção	61.709	56.355
Outras receitas	5.862	3.886
	<u>793.150</u>	<u>681.813</u>
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	144.672	130.415
PIS, Cofins e ISS	67.921	57.791
Quotas para a reserva global de reversão	7.362	5.416
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	33.423	27.456
	<u>253.378</u>	<u>221.078</u>
Receita operacional líquida	<u>539.772</u>	<u>460.735</u>
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	46.815	43.430
Material	6.189	6.182
Serviços de terceiros	38.180	35.956
Energia elétrica comprada para revenda	198.346	179.537
Transporte de potência elétrica	33.317	29.714
Depreciação e amortização	20.512	21.242
Provisão para contingências /devedores duvidosos	7.140	5.607
Custo de construção	61.709	56.355
Outras despesas / receitas	8.815	7.083
	<u>421.023</u>	<u>385.106</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	<u>118.749</u>	<u>75.629</u>
Receita (Despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	4.924	8.133
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	9.859	9.302
Outras receitas financeiras	2.260	2.111
Encargos de dívidas - juros	(21.551)	(22.010)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(8.784)	3.875
(-) Transferência para ordens em curso	2.207	1.941
Marcação a mercado de derivativos	1.932	(1.660)
Instrumentos financeiros derivativos	6.656	(9.840)
Ajuste valor presente de ativos	7.143	(2.828)
Outras despesas financeiras	(5.976)	(6.683)
	<u>(1.330)</u>	<u>(17.659)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>117.419</u>	<u>57.970</u>
Contribuição social e imposto de renda	(25.916)	(11.875)
Lucro líquido do período	<u>91.503</u>	<u>46.095</u>
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	<u>99,66</u>	<u>50,20</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
 Demonstrações do Fluxo de Caixa
 Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	30/6/2012	30/6/2011
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	91.504	46.095
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas	31.367	19.650
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.840	3.064
Depreciação e amortização	20.512	21.242
Valor residual de ativos permanentes baixados	6.124	2.269
Créditos tributários	6.392	(896)
Imposto de renda e contribuição social	25.915	11.875
Provisão para contingências	(1.584)	(2.295)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(6.656)	9.840
Marcação Mercado Derivativos	(1.932)	1.660
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(244)
Subtotal	175.482	112.260
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Consumidores e concessionárias	9.469	2.290
Aplicações Financeiras e Recursos Vinculados	(11.329)	15.798
Títulos de créditos a receber	265	(12.024)
Estoques	(604)	(819)
Impostos a recuperar	(8.016)	2.040
Cauções e depósitos vinculados	114	(1.206)
Despesas pagas antecipadamente	(1.490)	(1.140)
Outros créditos	(12.396)	1.369
	(23.987)	6.308
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	6.638	(11.811)
Folha de pagamento	101	61
Tributos e contribuições sociais	(2.150)	(4.645)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.376)	-
Parcelamento de impostos	-	(983)
Obrigações estimadas	1.631	1.766
Encargos do consumidor a recolher	(1.744)	3.452
Outras	617	(5.460)
	(9.283)	(17.620)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	142.212	100.948
Atividades de investimentos		
Aplicações no investimento	(13)	9
Aplicações no intangível	(65.064)	(59.373)
Contribuições do consumidor, União e Estado	11.920	585
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(53.157)	(58.779)
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos	11.418	2.110
Pagamentos de empréstimos - principal	(23.806)	(37.965)
Pagamentos de empréstimos - juros	(20.136)	(21.931)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	(527)	(657)
Pagamentos de dividendos	(38.683)	(9.303)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(71.734)	(67.746)
Variação líquida do caixa	17.321	(25.577)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	62.751	92.862
Caixa mais equivalentes de caixa finais	80.072	67.285
Variação líquida do caixa	17.321	(25.577)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais
período findo em 30 de junho de 2012**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa PB"), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.199.401 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I - Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III - Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, classificação da concessão, receita e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 15, 23 e 28, respectivamente.

2. Apresentação das informações contábeis trimestrais

As informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 09 de agosto de 2012 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como "Individual - BR GAAP".

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

Resultados do 1º semestre de 2012

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011”), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 3 às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	30/06/2012	31/12/2011
BMG	CDB	24/01/2014	112,0% do CDI	-	16.613
CEF	CDB	23/06/2014 a 30/06/2014	100,5% do CDI	32.075	10.487
Mercantil	CDB	15/06/2015	105,0% do CDI	5.570	1.243
Santander	Debêntures (**)	14/05/2014	103,2% do CDI	129	-
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	10.125	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.054	8.497
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.225	104
Sul América	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	10.483	-
Total				62.661	36.944
Caixa e bancos				17.411	25.809
Total caixa e equivalente de caixa				80.072	62.753

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/06/2012	31/12/2011
ABC Brasil	CDB	03/07/2012 a 29/10/2012	103,0% a 104,5% do CDI	16	16
BES	CDB	19/03/2015 a 06/05/2015	102,5% a 103,0% do CDI	11	13
BIC Banco	CDB	16/08/2012 a 22/02/2013	98,0% a 115,0% do CDI	3.022	2.868
BMG	CDB	16/12/2013 a 24/01/2014	112,0% do CDI	1.721	1.630
Bradesco	CDB	24/01/2014 a 25/07/2013	99,0% do CDI	300	317
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.928	-
CEF	Poupança	-	Poupança	87	87
HSBC	CDB	17/08/2012	100,0% do CDI	628	600
Itaú	CDB	06/07/2012 a 03/12/2013	100,0% a 103,5% do CDI	598	571
Itaú	Debêntures (**)	03/12/2013 a 06/12/2013	102,0% a 102,5% do CDI	293	280
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	689	506
Nordeste	CDB	02/01/2014 a 30/07/2019	90,0% a 100,0% do CDI	34.813	31.811
Nordeste	Título de Capitalização	22/12/2013	100,0% do CDI	19	-
Pine	CDB	08/02/2017	104,0% do CDI	862	877
Standard Bank	CDB	01/02/2013	100,25% do CDI	4	4
				44.991	39.580
Aplicações financeiras disponíveis para venda					
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	924
				-	924
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú (*)	Fundo de Investimento em direitos creditórios	01/11/2012 a 29/12/2020	100,0% do CDI	4.484	5.735
Mercantil	DPGE	15/05/2014	113,0% do CDI	8.094	-
				12.578	5.735
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				57.569	46.239
Circulante				44.991	40.504
Não circulante				12.578	5.735

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vencidos (1)	Vencidos					Há mais de 360 dias	30/06/2012	31/12/2011
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias				
Residencial	23.223	19.022	5.999	3.010	616	69	51.939	52.955	
Industrial	20.555	1.334	304	525	366	5.817	28.901	27.939	
Comércio, serviços e outras atividades	18.041	4.761	1.429	1.204	1.005	793	27.233	29.060	
Rural	2.387	1.693	841	683	795	1.860	8.259	13.239	
Poder Público:									
Federal	2.194	421	57	28	6	4	2.710	2.598	
Estadual	3.514	674	91	44	10	3	4.336	4.164	
Municipal	2.509	481	65	32	6	2	3.095	2.972	
Iluminação pública	5.097	652	105	1	-	6	5.861	5.674	
Serviço público	8.583	93	124	157	166	1	9.124	6.210	
Subtotal - consumidores	86.103	29.131	9.015	5.684	2.970	8.555	141.458	144.811	
Concessionárias	-	-	-	-	-	-	19	103	
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	25.076	31.464	
Outros	-	-	-	-	-	-	1.375	1.019	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	(13.238)	(10.383)	
Total - Circulante	86.103	29.131	9.015	5.684	2.970	8.555	154.690	167.014	
(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.									
(2) Inclui, R\$40 de energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.									

Os saldos junto a CCEE estão registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante, no montante de R\$9.745 (R\$2.953 em 31 de dezembro de 2011), referente à aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços de sistema.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Em 30 de junho de 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Títulos de créditos a receber	144.982	152.390
Ajuste a valor presente	(14.623)	(21.766)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(13.662)	(12.677)
	<u>116.697</u>	<u>117.947</u>
Circulante	59.176	53.955
Não circulante	57.521	63.992

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de junho de 2012, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	13.662
2012	36.718
2013	44.400
2014	17.231
2015	12.367
2016	9.519
2017	4.963
2018 em diante	6.122
Subtotal	144.982
(-) Ajuste a valor presente	(14.623)
Total	130.359

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2012	31/12/2011
Saldo - inicial	23.060	20.076
Provisões constituídas no exercício	5.513	6.036
Reversão de provisões no exercício	(1.673)	(3.052)
Saldo - final - circulante	26.900	23.060
Clientes, consumidores e concessionárias	13.238	10.383
Títulos de créditos a receber	13.662	12.677

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2013.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários:

Em 26 de agosto de 2011, por meio da Resolução nº 1.191, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2011. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 7,46%.

10. Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

A ANEEL editou a Resolução Normativa nº 387/2009, estabelecendo nova metodologia de cálculo do repasse de energia livre devidos aos geradores, abrangendo a todo o período de faturamento da RTE (2002 a 2008).

Com a aplicação da nova metodologia, a Companhia apurou novos e definitivos valores a receber aos geradores. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o saldo monta em R\$1.784.

11. Baixa renda e outros créditos

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Baixa renda	13.930	9.888
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	5.118	5.022
Ordens de serviço em curso - outros	866	544
Ordens de desativação em curso	492	(1.076)
Outros	5.743	6.110
	<u>26.149</u>	<u>20.488</u>

Segue a movimentação do baixa renda:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	9.888	14.253
Subvenção baixa renda	40.738	51.305
Ressarcimento Eletrobrás	(36.696)	(55.670)
Saldo- final - circulante	<u>13.930</u>	<u>9.888</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

12. Impostos a recuperar

	30/06/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	23.085	24.643
Imposto de Renda Retido na Fonte	347	192
Imposto de Renda - IRPJ	3.819	3.937
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	264	69
Contribuição do PIS e COFINS	26.752	27.884
Outros	129	4.901
	54.396	61.626
Circulante	29.180	35.520
Não circulante	25.216	26.106

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Soluções S/A, Energisa Comercializadora Ltda., Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração Rio Grande S/A, Termosergipe S/A, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunim S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício pela companhia:

	ESA (1)	EBO (2)	01/01/2012 a 30/06/2012	01/01/2011 a 30/06/2011
Serviços contratados	(10.034)	-	(10.034)	(9.500)
Energia elétrica fornecida/ (comprada)	-	2.030	2.030	1.094
	ESA (1)	EBO (2)	01/04/2012 a 30/06/2012	01/04/2011 a 30/06/2011
Serviços contratados	(5.056)	-	(5.056)	(4.848)
Energia elétrica fornecida/ (comprada)	-	1.455	1.455	648
			30/06/2012	30/06/2011
Saldo a pagar - fornecedores	1.582	-	1.582	1.517
Saldo a receber - consumidores e concessionárias	-	434	434	235

(1) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente e foram efetuados em condições usuais de mercado.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de junho de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$805 (R\$776 em 30 de junho de 2011) e da Diretoria foi de R\$1.242 (R\$1.220 em 30 de junho de 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro

Resultados do 1º semestre de 2012

saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$293 (R\$1.150 em 30 de junho de 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$316 (R\$302 em 30 de junho de 2011).

Em 30 de junho de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, foram de R\$37 e R\$6 (R\$35 e R\$6 em 30 de junho de 2011), respectivamente. A remuneração média no 2º trimestre de 2012 foi de R\$20 (R\$19 em 30 de junho de 2011).

14. Impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

Período	Realização dos créditos fiscais
2012	4.312
2013	8.224
2014	7.924
2015	7.824
2016	7.724
2017 a 2021	66.164
Total	102.172

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	30/06/2012	30/06/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	117.419	57.970
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(39.922)	(19.709)
Ajustes:		
Exclusões - Incentivo fiscal SUDENE (*)	12.817	7.481
Outros	1.189	353
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(25.916)	(11.875)
Alíquota efetiva	22,07 %	20,5 %

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 30 de junho de 2012 e 2011, no montante de R\$12.817 (R\$3.545 em 2011) foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução de 75% do imposto de renda e adicionais até o exercício de 2012 e de 12,5 até 2013. O referido benefício fiscal consiste de redução do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Diferenças temporárias (1):		
Imposto de renda	76.179	82.680
Contribuição social	<u>25.993</u>	<u>28.334</u>
Total - não circulante	<u><u>102.172</u></u>	<u><u>111.014</u></u>

(1) Essas diferenças temporárias se referem principalmente a provisões e resultado de operações de swaps e benefício fiscal de ágio incorporado no valor de R\$73.358 (R\$74.583 em 31 de dezembro de 2011).

O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão em 237 parcelas mensais e segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

15. Contas a receber da concessão

A Companhia possui saldo de R\$120.561 (R\$30.777 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no valor residual histórico dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (IFRIC 12) ser omissivo sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$76.998, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia).

Esse direito está classificado como empréstimos e recebíveis no não circulante. Em 30 de junho de 2012, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	30.777	19.468
Adições	12.728	11.309
Resolução Normativa nº 474	76.998	-
Baixas	<u>58</u>	<u>-</u>
Saldo - final - não circulante	<u><u>120.561</u></u>	<u><u>30.777</u></u>

16. Intangível

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	31/12/2011	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	30/06/2012
Em Serviço						
Custo	1.090.219	-	40.464	(93.614)	-	1.037.069
Amortização	(373.468)	-	-	5.062	(23.665)	(392.071)
Subtotal	716.751	-	40.464	(88.552)	(23.665)	644.998
Em Curso (*)	85.436	65.064	(40.464)	(12.728)	-	97.308
Total	802.187	65.064	-	(101.280)	(23.665)	742.306
Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	178.736	-	9.711	(12.104)	-	176.343
Amortização	(19.068)	-	-	-	(3.155)	(22.223)
Subtotal	159.668	-	9.711	(12.104)	(3.155)	154.120
Em Curso (*)	35.735	11.920	(9.711)	-	-	37.944
Total	195.403	11.920	-	(12.104)	(3.155)	192.064
Total	606.784	53.144	-	(89.176)	(20.510)	550.242

(*) As baixas do em curso, referem-se as transferências para contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações, são vinculadas ao serviço público de energia, não podendo ser retiradas, alienadas, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média de amortização utilizada é de (3,85%).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

O saldo do intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2012	31/12/2011
Contribuições do consumidor	59.516	61.510
Participação da União - recursos CDE	155.784	141.267
Participação do Governo do Estado	12.250	18.989
(-) Amortização acumulada	(22.225)	(19.070)
Total	205.325	202.696
Alocação:		
Contas a receber da concessão	13.261	7.293
Infraestrutura - Intangível em serviço	154.120	159.668
Infraestrutura - Intangível em curso	37.944	35.735
Total	205.325	202.696

- As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012 e 2011 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Encargos financeiros contabilizados no resultado	21.551	22.010
(-) transferência para o intangível em curso (*)	(2.207)	(1.941)
Efeito líquido no resultado	<u>19.344</u>	<u>20.069</u>

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

17. Fornecedores

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Suprimento:		
CCEE (1)	9.057	2.953
Contratos Bilaterais (1)	42.526	42.022
Uso da rede básica (1)	5.598	4.716
Conexão à rede (1)	262	260
Uso do sistema de Transmissão/ distribuição (1)	988	1.246
Materiais, serviços e outros (2)	14.345	14.941
Total	<u>72.776</u>	<u>66.138</u>
Circulante	70.295	63.767
Não circulante	2.481	2.371

1. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/06/2012	31/12/2011	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	32	3.101	-	3.133	6.723	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	387	-	61.000	61.387	61.548	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	305	1.352	1.686	1.881	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	73	466	2.835	3.374	3.659	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	68	581	2.325	2.974	3.180	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	64	414	2.473	2.951	4.388	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	73	343	3.572	3.988	4.185	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	5	245	3.661	3.911	2.222	
Eletrobrás - Subtransmissão	31	7.435	15.768	23.234	24.965	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	11	8	19	32	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	8	16	24	33	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	6	12	18	24	
Eletrobrás - Luz no Campo	-	-	-	-	74	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	1.033	-	1.033	6.908	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	6.739	6.739	-	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	110	6.162	8.287	14.559	16.910	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	69	9.423	37.989	47.481	52.229	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	1.185	7.728	50.044	58.957	57.785	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	7	2.432	9.710	12.149	13.366	
Banco Itaú BBA - repasse FINAME	70	1.071	7.354	8.495	7.150	
Total em moeda nacional	2.203	40.764	213.145	256.112	267.262	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(44)	(324)	(1.752)	(2.120)		
Em moeda estrangeira						
NOTES UNITS	6.120	-	116.554	122.674	113.878	1
Total em moeda estrangeira	6.120	-	116.554	122.674	113.878	
Custos de captação incorridos na contratação	-	-	(3.282)	(3.282)	(5.716)	
Total ENERGISA PARAÍBA	8.279	40.440	324.665	373.384	375.424	

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2012:

Operação	Características da Operação				Custo da Dívida			Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Tx de Juros aa	TIR (Taxa efetiva de juros)	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	3	CDI	+ 0,8%	1,08%	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez 2017	Recebíveis	84	CDI	+ 0,7%	0,83%	
NOTES UNITS	jul-2013	final	-	12	Dólar	+ 10,5%	10,94%	(1)
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	28	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	36	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	40	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	49	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	56	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal, após out 2012	Recebíveis	65	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	22	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2013	trimestral	-	10	RGR	+ 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	16	RGR	+ 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	nov-2014	trimestral	-	16	RGR	+ 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	jul-2012	mensal	-	3	Selic Acumulada			
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	15	pré-fixado 7,7%		7,7%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	31	pré-fixado 7,8%		8,0%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	30	TJLP	+ 4,0%	4,2%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal, após jun 2012	Recebíveis + Fundo Reserva	42	pré-fixado 8,1%		8,1%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	Até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	60	pré-fixado 4,5% a 5,5%		4,5% a 5,5%	

(1) Possui Swap.
 (2) Considera Bônus de adimplemento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Em 30 de junho de 2012, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>30/06/2012</u>
2013	137.861
2014	35.255
2015	29.168
2016	24.769
2017	17.079
Após 2017	80.533
Total	<u><u>324.665</u></u>

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2012	2013	2014	2014 em diante	30/06/2012
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	29	-	-	-	29
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	44	-	-	727	771
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	66	120	109	273	568
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	17	30	27	68	142
NOTES UNITS	1.515	1.767	-	-	3.282
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	65	105	80	360	610
	1.736	2.022	216	1.428	5.402

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografia
Rendimentos	CDI + 1,9% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	CDI + 1,96% a.a
Quantidade de títulos	80.000
Valor na data de emissão	80.000
Títulos em circulação	80.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 30/06/2012	79.841
Circulante	274
Não circulante	79.567
Saldos em 31/12/2011	79.993
Circulante	426
Não circulante	79.567

(*) Deduzido de R\$473 (R\$493 em 2011), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$79.567 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

	<u>30/06/2012</u>
2012	157
2013	158
2014	158
	<u>473</u>

Clausulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 1ª emissão	Energisa Paraíba	15 de dezembro de 2012	Não há	O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas

20. Tributos e Contribuições Sociais

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ICMS	18.944	21.246
Encargos Sociais	1.705	1.881
IRPJ	11.915	10.561
CSSL	6.900	7.045
PIS / COFINS	15.483	17.084
IRRF	753	920
Outros	1.027	1.398
Total	<u>56.727</u>	<u>60.135</u>
Circulante	44.702	50.532
Não circulante	12.025	9.603

21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da ENERGISA PB, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	<u>Saldo inicial 31/12/2011</u>	<u>Provisões constituídas</u>	<u>Reversões de provisões</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo final 30/06/2012</u>
Trabalhistas	10.245	1.910	(1.522)	287	10.920
Cíveis	22.069	2.722	(3.518)	598	21.871
Fiscais	5.886	-	(1.175)	144	4.855
Total	<u>38.200</u>	<u>4.632</u>	<u>(6.215)</u>	<u>1.029</u>	<u>37.646</u>
Depósitos e cauções vinculados (*)	<u>(6.931)</u>	<u>(483)</u>	<u>1.425</u>	<u>(674)</u>	<u>(6.663)</u>

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$25.769 (R\$20.984 em 31 de dezembro de 2011) dos quais R\$19.106 (R\$14.053 em 31 de dezembro de 2011) não foram constituídas provisões para contingências pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$1.910 (R\$3.482 em 31 de dezembro de 2011) e revertida no montante de R\$1.522 (R\$4.179 em 31 de dezembro de 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$1.785.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, foram registrados complemento de provisões de R\$ 2.722 (R\$7.146 em 31 de dezembro de 2011) e reversão de R\$3.518 (R\$8.509 em 31 de dezembro de 2011).

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012, foram registrados reversão de provisões de R\$ 1.175 (R\$3.487 em 31 de dezembro de 2011), referente à liquidação de processos judiciais referente a INSS, COFINS e IRPJ.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota ou de perda de provisão.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$207.070 (R\$188.048 em 31 de dezembro de 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível e, conseqüentemente, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Refere-se à reclamação trabalhista, que tem por objeto responsabilidade subdidiária por débitos de terceiros no montante equivalente a R\$6.396 (R\$6.701 em 31 de dezembro de 2011).

Cíveis

Essas ações no montante equivalente a R\$45.343 (R\$44.275 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente, à supostas diferenças a devolver decorrentes do cálculo da CVA, devolução de encargos emergenciais, supostos valores a receber em virtude da privatização da empresa e reclamações de consumidores (cobrança de irregularidade e suspensão de fornecimento).

Fiscais

Essas ações, no montante de R\$155.331 (R\$137.072 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto a redução da base de cálculo do IRPJ e CSSL pela amortização do ágio incorporado, diferenças de ICMS pagos sobre demanda contratada, diferenças de FGTS e taxa de uso do solo.

22. Patrimônio Líquido

22.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 619.889 ações ordinárias, 298.902 ações preferenciais classe "A" e 147 ações preferenciais classe "B", todas nominativas sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos sendo:

- Classe A - Dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o capital atribuído a essa classe.
- Classe B - Dividendos obrigatórios não cumulativos previstos no Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$22.943, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2011 da Reserva de incentivo fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para 386.516 (R\$363.573 em 31 de dezembro de 2011).

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000.000 ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

A Companhia adquiriu, para permanência em tesouraria, conforme autorizado pelo seu Conselho de Administração, 422 ações ordinárias e 356 ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$538. Por se tratar de uma subsidiária integral as ações da Companhia não possuem valor de mercado.

22.2. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

23. Receita operacional

	30/06/2012				30/06/2011			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	982.164	661.035	159.762	320.773	941.010	608.837	130.990	265.943
Industrial	4.594	306.636	52.022	100.805	4.604	289.809	44.377	89.740
Comercial	88.715	303.875	74.571	149.287	83.118	268.704	60.270	122.280
Rural	107.496	129.925	13.817	26.980	81.196	98.606	8.812	18.913
Poder Público:								
Federal	570	24.970	11.053	21.265	538	23.326	9.670	18.986
Estadual	2.984	34.030	8.767	16.869	2.816	31.790	7.671	15.062
Municipal	11.035	42.861	5.817	11.193	10.414	40.040	5.090	9.994
Iluminação Pública	633	109.199	15.115	29.924	603	96.189	12.097	24.328
Serviço Público	1.055	105.008	12.980	25.526	990	98.609	14.838	29.693
Consumo Próprio	136	2.118	-	-	130	2.030	-	-
Subtotal	1.199.382	1.719.657	353.904	702.622	1.125.419	1.557.940	293.815	594.939
Remuneração contas a receber da concessão	-	-	1.046	1.829	-	-	482	956
Suprimento	-	1.693	1	19	-	78.771	336	1.068
Fornecimento não faturado (líquido)	-	4.352	113	(6.388)	-	113	(1.935)	(512)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	19	-	14.920	29.326	17	-	12.929	26.077
Receita de construção - infraestrutura	-	-	30.070	61.709	-	-	29.051	56.355
Outras receitas operacionais	-	-	2.209	4.033	-	-	1.816	2.930
Total - receita operacional bruta	1.199.401	1.725.702	402.263	793.150	1.125.436	1.636.824	336.494	681.813
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	73.847	144.672	-	-	64.385	130.415
PIS	-	-	6.141	12.068	-	-	5.052	10.297
COFINS	-	-	28.287	55.589	-	-	23.270	47.428
ISS	-	-	36	264	-	-	33	66
Quota da RGR Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.172	2.306	-	-	972	1.987
Conta de Desenv. Energético - CDE	-	-	2.158	4.316	-	-	1.829	3.569
Conta de Desenv. Energético - CCC	-	-	11.555	23.111	-	-	9.317	18.721
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.876	3.690	-	-	1.556	3.179
Total - deduções da receita operacional	-	-	129.362	253.378	-	-	109.142	221.078
Total - receita operacional líquida	1.199.401	1.725.702	272.901	539.772	1.125.436	1.636.824	227.352	460.735

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			30/06/2012 e 31/12/2011
Riscos Nomeados	23/10/2012	24.500	232
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2012	33.953	252
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2012	Até R\$ 200mil / veículo	179
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2012	74.035	303
			966

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/06/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	80.072	80.072	62.753	62.753
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	57.569	57.569	46.239	46.239
Consumidores e concessionárias	154.690	154.690	167.014	167.014
Títulos de créditos a receber	116.697	116.697	117.947	117.947
Conta a receber da concessão	120.561	120.561	30.777	30.777

PASSIVO	30/06/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	(72.776)	(72.776)	(66.138)	(66.138)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	(453.225)	(463.164)	(455.417)	(466.961)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, BNB e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso dos empréstimos dos BONDS, Fundos de investimentos em Direitos Creditórios e a 1ª emissão de debêntures, o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para

produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e no regimento interno da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve revisões em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	70.295	-	-	-	2.481	72.776
Empréstimos e financiamentos e debêntures	46.596	39.653	307.583	69.818	108.459	572.109

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e equivalente de caixa	80.072	62.753
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	57.569	46.239
Consumidores e concessionárias	154.690	167.014
Títulos de créditos a receber	116.697	117.947
Conta a receber da concessão	120.561	30.777

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 15.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás, BNDES e BNB) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 30 de junho de 2012, com alta de 7,27% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$2,0213/ USD.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Energisa PB, em 30 de junho de 2012 de R\$459.100 (R\$461.606 em 31 de dezembro de 2011), R\$122.674 (R\$113.878 em 31 de dezembro de 2011) estão representados em dólares, provenientes da emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação no final do exercício, incluído juros, era de US\$60,7 milhões (US\$57,6 milhões de principal). As notas têm vencimento de longo prazo, em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ + 10,5% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2012, apresenta no ativo não circulante o valor de R\$5.354 (R\$2.649 em 31 de dezembro de 2011) e R\$6.409 em 31 de dezembro de 2011, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Energisa PB possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes: proteção para o montante equivalente a US\$ 57,6 milhões de principal e US\$12,3 milhões de juros através de Série de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$ 2,7150 (Jul-2012) e R\$/US\$ 2,9170 (Jul-2013) pelo prazo até 19/07/2013. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 10,5% a.a. por 131,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 19/07/2012 até 19/07/2013 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$6.656 (negativo em R\$9.840 em 30 de junho de 2011), decorrentes de uma apreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
	30/06/2012	31/12/2011		30/06/2012	31/12/2011	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
Swap com opções - Itaú BBA	Nocional (BRL)		Posição Ativa			-	-
			Moeda Estrangeira- USD	132.174	125.794		
	92.760	97.604	Posição Passiva			-	1.698
			Taxa de Juros CDI	(126.638)	(128.226)	-	
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(182)	(1.328)	-	
			Posição Total Swap Com Opções	5.354	(3.760)	-	1.698

O Valor Justo dos derivativos registrados em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa PB foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em

calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2012, com a simulação dos efeitos nas demonstrações contábeis futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Bond Swap com Opções			11.771	(18.330)	(48.431)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	132.174	Alta do US\$	120.401	150.502	180.602
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(126.638)		(126.638)	(126.638)	(126.638)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(183)		-	-	(1.172)
Subtotal	5.353		(6.237)	23.864	52.792
Líquido	5.353		5.534	5.534	4.361

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2012, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$5.534, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivos de R\$5.534 e R\$4.361, respectivamente.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados as taxas de juros de 30 de junho de 2012, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 8,02% a.a., TJLP = 6% a.a. e FNE = 8% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	120.230	Alta CDI	2.348	2.915	3.474
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(152.608)	Alta CDI	(3.473)	(4.688)	(5.488)
	(12.148)	Alta TJLP	(359)	(403)	(447)
	(62.041)	Alta FNE	(1.026)	(1.282)	(1.538)
Subtotal (**)	(226.797)		(4.858)	(6.373)	(7.473)
Total	(106.567)		(2.510)	(3.458)	(3.999)

(*) Considera o CDI de 30 de setembro de 2012 (8,02% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2012, TJLP 6,% a.a e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$122.674.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/06/2012	31/12/2011
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	57.569	46.239
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.354	2.649
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	(6.409)

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

26. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Os dados da última avaliação estão descritos na nota explicativa nº 33 às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

No período findo em 30 de junho de 2012, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$3.478 (R\$3.103 em 30 de junho de 2011).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No 2º trimestre de 2012 as despesas com esse benefício foram de R\$1.018 (R\$503 em 30 de junho de 2011).

27. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
2012 a 2045	412.444	314.438	264.304	273.133	266.606	4.355.274

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de junho de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

28. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

29. Evento subsequente

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 09 de agosto de 2012, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do primeiro semestre do corrente exercício, no montante de R\$74.114 (R\$80,72 por ação ordinária e preferencial). Esses dividendos serão pagos a partir de 17 de agosto de 2012

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a informações intermediárias referente a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21, tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 8 de março de 2012 e em 8 de agosto de 2011 que não tiveram qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" MG

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" MG

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br

- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br

- ✓ No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931

- ✓ Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80
Tel.: (32) 3429-6226 / 6327 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480

- ✓ Internet: www.energisa.com.br
E-mail: stockinfo@energisa.com.br